

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO DISTRITO PANTANEIRO DE MIMOSO-MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT

Louis Antoniel Joseph¹

Onélia Carmem Rossetto²

RESUMO: As comunidades tradicionais de agricultores familiares integram as paisagens e a economia dos pantanais mato-grossenses, entre elas, está a comunidade do Distrito de Mimoso – Município de Santo Antônio de Leverger-MT, local da presente pesquisa. Este estudo foi realizado em uma comunidade tradicional, visando descrever e analisar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares, ressaltando sua importância no contexto local. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados consistiram em revisão bibliográfica e realização de quarenta entrevistas na modalidade semiestruturada. Para a análise de dados foram utilizadas técnicas qualitativas e quantitativas. Os resultados obtidos apontam que as relações de parentesco, reciprocidade e solidariedade são estabelecidas na comunidade. A atividade agrícola exerce múltiplas funções podendo ser categorizadas em quatro funções principais atreladas aos seus modos de vidas: manutenção do tecido sociocultural local; ambiental voltada para conservação da agrobiodiversidade; promoção da segurança alimentar e nutricional e função socioeconômica.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Perfil socioeconômico; Comunidade tradicional; Pantanal.

SOCIOECONOMIC PROFILE OF FAMILY FARMERS IN THE DISTRICT OF MIMOSO- MUNICIPALITY OF SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT

ABSTRACT: The traditional communities of family farmers integrate the landscapes and economy of the Mato Grosso, including the community of the District of Mimoso-municipality of Santo Antônio de Leverger-MT, site of the present research. Thus, the objective of this work aims to describe and analyze the socioeconomic profile of the family farmers, underlining its importance in the local context. Therefore, the methodological procedures adopted consisted on the bibliographic review and forty

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade-GECA/UFMT. Bolsista, CAPES – Grupo Coimbra. E-mail: anthoniello@gmail.com

² Pesquisadora Associada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade-GECA/UFMT. E-mail: carmemrossetto@gmail.com

semi-structured modality interviews. The qualitative and quantitative techniques were used for the data analysis. The results obtained showed that the relationships, reciprocity and solidarity are established in the community; agricultural activity has multiple functions and can be categorized in four main functions: maintenance of the local sociocultural tissue; the conservation of agrobiodiversity; promotion of food and nutritional security and socioeconomic function.

KEYWORDS: Family farming; Socioeconomic profile; Traditional community; Pantanal.

PROFIL SOCIOÉCONOMIQUE DES AGRICULTEURS FAMILIAUX DU DISTRICT DE MIMOSO- COMMUNE DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT

RÉSUMÉ: Les agriculteurs familiaux des communautés traditionnelles intègrent les paysages et l'économie des zones humides du Mato Grosso, parmi lesquelles la communauté de Mimoso située dans municipalité de Santo Antônio de Leverger - MT, local de cette recherche. Dans ce contexte, ce travail vise à décrire et analyser le profil socioéconomique des agriculteurs familiaux du District de Mimoso, en soulignant son importance dans le contexte local. Pour la réalisation de ce travail, les procédures méthodologiques adoptées ont consisté en revision bibliographique et une quarantaine d'entretiens ont été réalisées en modalité semi-structurée. Pour l'analyse des données, les techniques qualitatives et quantitatives ont été utilisées. Les résultats obtenus ont montré que la parenté, la réciprocité et la solidarité s'établissent dans la communauté; l'activité agricole a de multiples fonctions liées à leurs modes de vie: maintien le tissu socioculturel local; conservation de l'agrobiodiversité; promotion de la sécurité alimentaire et nutritionnelle et fonction socioéconomique.

MOTS-CLÉS: Agriculture familiale; Profil socioéconomique; Communauté traditionnelle; Pantanal.

INTRODUÇÃO

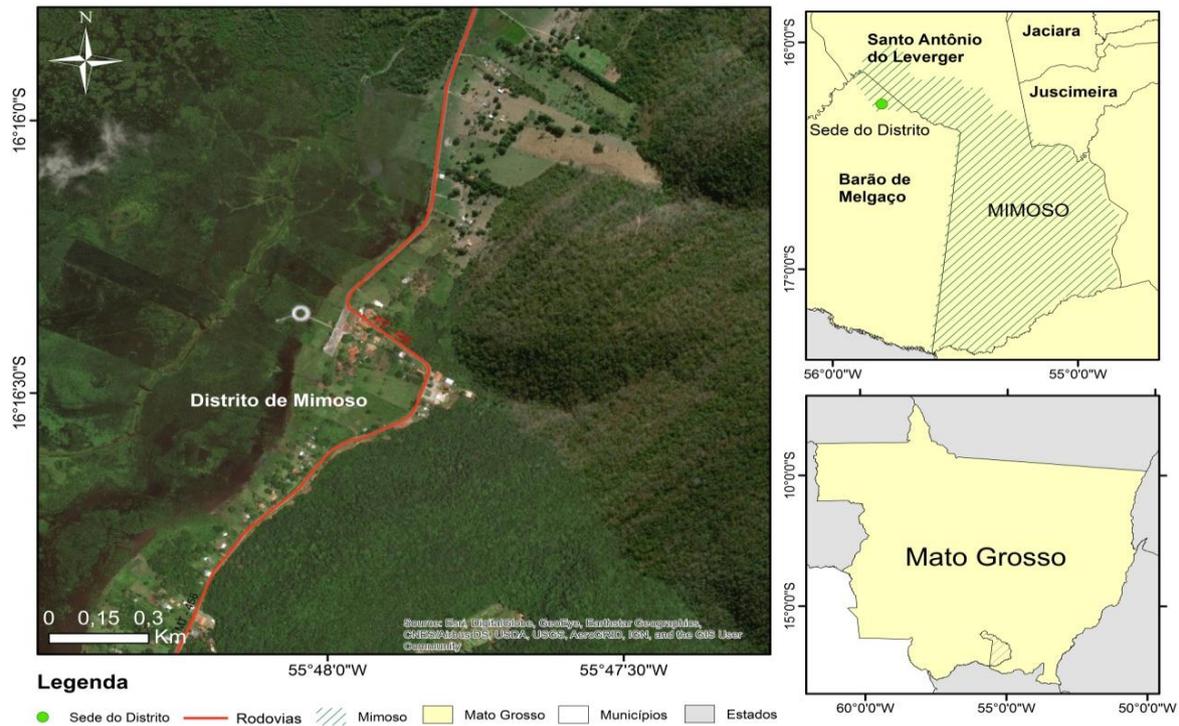
O Brasil é amplamente reconhecido pela riqueza, diversidade natural e étnico-cultural, que também pode ser representada pelas diversas comunidades tradicionais. No espaço geográfico mato-grossense, segundo Rossetto (2015) foram registradas a presença de comunidades tradicionais sendo que a Microrregião do Alto Pantanal ocupa o 3º lugar com oito (8) comunidades distribuídas entre os municípios de Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Barão de Melgaço. Na Microrregião de Cuiabá, onde se localiza o município de

Santo Antônio de Leverger foram identificadas vinte e cinco (25) comunidades tradicionais.

As comunidades tradicionais que habitam o Pantanal apresentam características peculiares de convívio com a dinâmica das águas, se autodenominam de povos pantaneiros e revelam saberes locais, contribuindo com a cultura por meio do modo de vida, danças, histórias, lendas e outras (SILVA, 2011). Um dos elementos que influencia a sociodiversidade é a característica natural, pois o Pantanal é considerado uma área úmida de relevância internacional que sofre inundações periódicas, um espaço em constante movimento, tendo sua paisagem alterada entre épocas de seca e de cheia.

O município de Santo Antônio de Leverger localizado no Pantanal nortemato-grossense, possui uma população estimada em 2019 de 16.628 habitantes (IBGE, 2019). Em seu perímetro estão as comunidades tradicionais de Pedra Branca, Bocaininha, Morro Grande, Barreirinho, Vereda, Praia do Poço, Barranco Alto, Barra do Aricá, Porto de Fora e Mimoso (SILVA, 2011). A comunidade de Mimoso, objeto da presente pesquisa (Figura 01) é um Distrito do município de Santo Antônio de Leverger localizado na sub-região pantaneira (VILA DA SILVA; ABDON, 1998) de Barão de Melgaço. O referido Distrito foi criado pela lei nº1178 em 1958, e seu território compreende quase 70% da área do município de Santo Antônio de Leverger.

Figura 01- Mapa de localização do Distrito de Mimoso no município de Santo Antônio de Leverger



Fonte: Joseph e Rossetto (2020).

Conforme Melo (2017), nessa localidade nasceu Marechal Cândido Rondon, um nome histórico reconhecido internacionalmente pela obra em defesa dos povos indígenas do Brasil pelas questões de fronteiras e limites dos países da América do Sul e ainda por levar as linhas telegráficas ao interior do continente, conquistando o título de Patrono das Comunicações no Brasil. Além disso, Mimoso se destaca através da figura do referido herói nacional, e também por estar localizada em um município do Pantanal com uma população que desenvolveu características culturais e sociais adaptadas ao convívio em área úmida.

Os moradores de Mimoso são agricultores familiares em que os membros da família trabalham em atividade agropecuária nas unidades rurais, podendo ser posseiro ou proprietário. Segundo Schneider e Cassol (2014), a produção agrícola familiar é destinada ao autoconsumo e o excedente para a comercialização, este setor vem ganhando cada vez mais representatividade por

sua concepção de desenvolvimento sustentável, geração de renda, segurança alimentar e heterogeneidade social.

Conforme os resultados do Censo Agropecuário 2017, o Brasil possui um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 351.289.816 hectares, ou seja, 41,25% da área total do país. Dentre os 5.073.324 estabelecimentos identificados, 3.897.408 atenderam aos critérios do decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 e estão classificados como agricultura familiar, ocupando área total de 80,89 milhões de hectares (IBGE, 2017). A agricultura familiar em Mato Grosso não é diferente do resto do país, pois aquela desempenha um papel importante na produção dos alimentos.

No Censo Agropecuário 2017 foram identificados em Mato Grosso 118.679 estabelecimentos da agricultura familiar com área de 54.922.850 hectares. Esses dados confirmam que os estabelecimentos agropecuários pertencentes à agricultura familiar continuam representando o maior contingente no estado (IBGE, 2017). Este setor gera cada vez mais empregos no campo. Por ser altamente produtiva, contribui com quase 70% dos alimentos presentes na cesta básica dos brasileiros (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017).

De acordo com o artigo 3º da lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006 regulamentada pelo decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017, p. 1), um agricultor familiar é aquele que pratica as atividades no meio rural, devendo atender simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II - Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; III - Auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV - Ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

A agricultura familiar têm vários aspectos positivos que vão muito além da produção dos alimentos, tais como preservação da diversidade biológica e

genética, representação social e cultural das populações rurais, fortalecimento da economia local, reduzir o êxodo rural, mão de obra essencialmente familiar, e até mesmo contribuir com a preservação ambiental por meio da produção orgânica, preservação de recursos hídricos e cobertura vegetal.

Apesar de sua dimensão e importância, tem enfrentado muitos desafios. Os agricultores familiares muitas vezes carecem de informações e de assistência técnica para acessarem alguns programas de políticas públicas que são primordiais para melhorar ainda mais a sua produção (AUGUSTO; SACHUK, 2008). Outras dificuldades podem ser vivenciadas por eles (agricultores familiares), sendo pouca área de terra, pois a agricultura brasileira se desenvolve em um cenário socioeconômico e cultural caracterizado pela intensa concentração fundiária, pela incorporação de tecnologias com grande impacto ambiental.

Em virtude da importância da agricultura familiar em comunidades tradicionais, o presente artigo tem como objetivo descrever e analisar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares do Distrito de Mimoso-município de Santo Antônio do Leverger-MT.

METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva, por meio da realização de quarenta entrevistas com roteiro semiestruturado composto por perguntas fechadas e abertas que permitiram conhecer o perfil dos participantes. Foram utilizados equipamentos de áudio para gravar as respostas, complementadas posteriormente pelo diário de campo.

Optou-se por análises qualitativas que conforme Dencker (2008, p. 97), “permitem uma análise das causas, condições e frequência de determinadas situações sociais, permitindo a compreensão de problemas, estruturas, sistemas

e processos". Aliado a tal enfoque adotou-se a modalidade de estudo de caso, estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade ou um processo (CRESWELL, 2010). Sendo assim, acredita-se que o estudo de caso permitiu uma compreensão mais aproximada acerca da complexidade dos processos que envolveram o panorama atual da agricultura familiar mimoseana.

Os dados quantitativos levantados foram agrupados com o uso do Microsoft Office Excel 2010, e submetidos às análises estatísticas descritivas para os cálculos de percentagem e disponibilizados por meio de tabelas nos resultados. A complementaridade das técnicas qualitativas e quantitativas proporcionou o melhor entendimento das informações coletadas sobre a temática investigada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

O acesso à propriedade legal da terra e as atividades agrícolas desenvolvidas são importantes para a reprodução socioeconômica das famílias mimoseanas. A comunidade nasceu a partir da doação de terras da Sesmaria Morro Redondo. A Sesmaria era um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinada à produção agrícola. Este sistema surgiu em Portugal durante o século XIV com a Lei das Sesmarias de 1375, criada para combater a crise agrícola e econômica que atingia o país (SILVA; SILVA, 1995).

A Sesmaria Morro Redondo, na localidade onde é o atual Distrito de Mimoso foi medida judicialmente em dezembro 1841, acusando a superfície de 13.608 hectares, medição que foi aviventada judicialmente com vistoria de

marcos em 6 de julho de 1893 pelos sucessores de dona Joaquina Gomes (ECHEVERRIA; TOCANTINS, 2013).

Conforme Rosseto (2015, p. 40), “a suspensão formal de sesmarias ocorreu em 1821, pouco tempo antes a declaração de independência no país”. Após quase 30 anos sem nenhuma legislação de acesso à terra, a posse passou a campear livremente no país, estendendo-se esta situação até a promulgação da lei de terras em 1850 que reconheceu as sesmarias antigas. Atualmente, todas as pessoas que residem na comunidade de Mimoso são proprietárias legalmente reconhecidas pelo Estado.

Em 1998, o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) fez novas medições com a colaboração do governador Dante de Oliveira. Naquele período, o Instituto forneceu títulos para cada proprietário com o intuito de assegurar a posse de terra na comunidade. Com esse processo de regularização fundiária, alguns proprietários possuem dois títulos de terras da mesma propriedade.

As formas de acesso à terra e a organização das famílias adquirem características peculiares no Distrito de Mimoso. Na hierarquia familiar, o sexo masculino é considerado a pessoa responsável pela família e pela gestão da propriedade, como correlato, entre os quarenta (40) entrevistados, trinta e quatro, ou seja, 85% foram do gênero masculino, 15% do gênero feminino. Porém, em várias situações as esposas e os filhos acompanharam a entrevista e contribuíram com suas respostas, principalmente nas que estavam vinculadas à produção agrícola onde foi possível perceber maior participação gerencial e operacional do sexo feminino.

Quanto ao nível de escolaridade, 8% declararam analfabetos, 47,5% com o ensino fundamental completo, 17,5% ensino fundamental incompleto, 22,5% concluíram o ensino médio, 2% cursando o ensino superior e outros 2,5% possuem ensino superior completo. Segundo relato dos entrevistados, o

aumento no investimento do grau de instrução vem sendo considerado importante no desenvolvimento das atividades agrícolas.

Quanto à composição da família dos entrevistados, eles têm na sua maioria 1 a 3 filhos. Devido às dificuldades que encontram na vida no campo, os pais incentivam seus filhos a buscar novas oportunidades na zona urbana. Conforme os dados publicados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 40 milhões de jovens de 15 a 29 anos residem nas zonas rurais em 20 países da América Latina, sendo que 11,9 milhões se encontram ociosos, 9,6 milhões estão envolvidos nos trabalhos do campo e 8,2 milhões desenvolvem outras atividades (FAO, 2016).

Quanto à faixa de renda familiar mensal, 43,91% dos agricultores relataram que possuíam renda menor ou igual a 1 (um) salário mínimo e as subdivisões desta faixa podem ser visualizadas na tabela 1 (26,83%, 13,42% e 3,66% respectivamente para até meio salário, de meio a 1 e 1 salário mínimo). Foram relatadas as faixas de renda entre 1 e 2 salários e mais de 2 salários mínimos por 20,73% e 23,17% dos entrevistados, respectivamente. Alguns agricultores não quiseram responder quanto à renda familiar mensal (12,20%).

Tabela 1- Renda mensal estimada em salário mínimo

Faixa de renda	Percentual de respostas (%)
Até 1/2 salário mínimo	13,42
De 1/2 a 1 salário mínimo	26,83
1 salário mínimo	3,66
De 1 a 2 salários mínimos	20,73
Mais de 2 salários mínimos	23,17
Não responderam	12,20

Fonte: Joseph e Rossetto (2020).

Quanto às espécies cultivadas pelos agricultores familiares mimoseanos, há uma grande diversidade. Essa diversidade é considerada como uma característica inerente à agricultura familiar, a maior diversidade na agricultura

familiar se deve a buscar de diferentes rendas distribuídas ao longo dos anos, autoconsumo alimentar, a redução de dependência de insumos externos. A partir das informações coletadas durante o trabalho de campo, organizou-se a tabela 2 que apresenta as principais culturas da comunidade.

Tabela 2- Principais culturas desenvolvidas pelos agricultores familiares da comunidade de Mimoso

Atividades realizadas nas Propriedades	Número de propriedades	Percentual (%)
Mandioca	23	57,5
Banana	6	15
Feijão	4	10
Milho	4	10
Batata doce	3	7,5

Fonte: Joseph e Rossetto (2020).

Verifica-se que entre as espécies agrícolas a mandioca é o produto mais cultivado e considerado como um dos produtos básicos da dieta alimentar da comunidade, sendo uma fonte de renda para família.

A mandioca é cultivada tanto para o consumo familiar *in natura* como para a produção de farinha, bolo de mandioca, além de outros produtos que complementam a alimentação familiar. De acordo com a FAO (2013), a mandioca é um dos principais produtos agrícolas dessas faixas por apresentar um uso eficiente da água e dos nutrientes do solo e tolerância a seca e ataques esporádicos de pragas. Em Mimoso, a farinha de mandioca tem um papel fundamental na economia das famílias. Além dos aspectos econômicos envolvidos na produção de farinha de mandioca existe um componente sociocultural, pois as farinheiras são um espaço de socialização do trabalho, e mais do que isso, são reconhecidas como patrimônio histórico-cultural da comunidade.

Percebe-se que há uma variedade de cultivo, esse é um dos elementos que caracteriza a agricultura familiar. Conforme Paulino et al. (2014), quanto for

maior a variedade de cultivo, criações e demais atividades menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade dos agricultores se apropriarem da renda gerada internamente. Nesse sentido, foi exatamente isso que ocorreu em Mimoso, essa diversidade de produção permitiu um aumento na renda das famílias fazendo com que houvesse melhorias no modo de vida das mesmas.

No contexto rural, a variedade nas propriedades é uma questão comum, pois desperta a consciência e reconhece os valores de várias oportunidades da propriedade, tais como amenidades ambientais, oportunidades de turismo rural, a qualidade dos alimentos, gestão da paisagem, a preservação da biodiversidade, junto com a produção de alimentos e fibras (KONZGEN; SALAMONI, 2017).

Desse modo, a diversificação na produção, além de ser uma prática fundamental para o equilíbrio ecológico tão importante aos sistemas agrícolas, também é considerada como uma estratégia para a geração contínua de renda pelos agricultores familiares ao longo do ano e a fixação deles no meio rural (GOMES et al., 2014). Os produtos são utilizados para o autoconsumo e venda do excedente, sendo esse item um grande ganho para as famílias, pois se não pudessem produzir esses alimentos teriam que adquirir no mercado. Se um produto deixa de ser cultivado porque houve a possibilidade de compra pela família e tempos depois essa ação se torna inviável ou custosa, essa família volta a produzir esse determinado produto para seu consumo.

Mesmo com uma produção baixa, percebe-se alguns dos princípios de segurança alimentar colocados por Grisa, Gazolla e Schneider (2010) na maneira e organização produtiva. O primeiro deles está ligado ao acesso aos alimentos: produzirem, sobretudo para o autoconsumo, esses agricultores não têm necessidade de comprar alimentos, exceto aqueles que de fato não conseguem produzir.

O segundo se refere à qualidade nutricional dos alimentos, uma vez que os agricultores ao produzirem para o próprio consumo têm maior preocupação em relação ao uso, quantidade e tipo de insumos para garantir uma qualidade superior aos produtos comprados fora da unidade de produção. Para Grisa, Gazolla e Schneider (2010, p. 74), [...] “os alimentos comprados são percebidos com certa insegurança diante do desconhecimento da origem dos mesmos, das formas de manejo e processamento, dos atributos de qualidade”.

A produção para autoconsumo atende a outro princípio da segurança alimentar que se refere ao fornecimento de alimentos que são coerentes com os hábitos de consumo locais, ou seja, de acordo com os costumes da família nas refeições diárias. Pelo fato que a produção ser principalmente para o autoconsumo, a escolha das espécies cultivadas, em geral, se dá em função da preferência alimentar das famílias. Dessa forma, no cultivo alimentar sempre o que tem maior peso na escolha é o que a família consumirá e não o que é mais rentável comercialmente. Outro princípio da segurança alimentar que é atendido pela produção nas unidades produtivas aqui analisadas está relacionado à diversidade de alimentos produzidos e consumidos.

A mão de obra familiar predominante nas atividades agrícolas é familiar e totalizando 95%. Porém, como descrito anteriormente, na maioria das famílias nenhum filho participa das tarefas agrícolas, ficando os trabalhos na responsabilidade do casal. Apenas 5% dispõem de mão de obra contratada, sendo que esse cenário se justifica por diversas razões tais como: o alto custo na contratação de mão de obra, falta de pessoas interessadas no serviço.

Outra forma de mão de obra utilizada é troca de dia entre eles em épocas de plantio e colheita. As famílias se revezam entre as propriedades a fim de atender a todas em suas necessidades de força de trabalho. Como explica Cunha (2013, p. 94), [...] “A troca de dia cobre uma necessidade de força de trabalho que o agricultor familiar não pode suprir apenas com o trabalho familiar. Desta

forma, as práticas de ajuda mútua são fundamentais para reproduzir o processo de trabalho na unidade produtiva familiar”.

Constata-se que os agricultores de Mimoso se ajudam e trocam mão de obra para conseguirem manter as atividades agrícolas, principalmente em épocas que demandam mais força de trabalho. Essa troca ocorre quando uma família coopera com a outra sem utilizar pagamento em dinheiro por este trabalho, mas dispondo do seu tempo para ajudar, sabendo que, em outro dia outras famílias a ajudarão.

Estas trabalhadoras e trabalhadores não valorizam o lucro e nem permitem a exploração da força de trabalho do outro. Nas comunidades tradicionais rurais são comuns o desenvolvimento de formas de cooperação, tais como as trocas de dias de trabalho e as roças comunitárias. Essa cooperação representa a única forma de ajuda nas tarefas agrícolas que a família não consegue realizar com sua força de trabalho.

A tabela 3 mostra a distribuição dos produtores de acordo com o tamanho das propriedades. A área média das propriedades estudadas é de aproximadamente 25,86 hectares.

Tabela 3- Tamanho das propriedades rurais dos agricultores familiares tradicionais do Distrito de Mimoso

Terra Própria	Número de Propriedades	Percentual (%)
Até 5 ha	23	57,5
6 a 10 ha	4	10
11 a 15 ha	6	15
16 a 20	3	7,5
Mais de 20 ha	4	10

Fonte: Joseph e Rossetto (2020).

A tabela 3 mostra que a maior percentual (57,5%) corresponde a propriedades com até 5 ha, o que representa uma concentração de pessoas com pouco espaço de produção. Com a análise desses dados, muitos autores

ressaltam que o principal fator limitante da agricultura familiar é a pequena quantidade de terra (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

Nota-se que em Mimoso praticamente todos os produtores rurais entrevistados possuem área própria, o que representa em torno de 90%, sendo apenas 10% com áreas alugadas. Ao analisar a origem destas propriedades observa-se que 23% foram compradas e 32% foram obtidas por meio de herança. Alguns proprietários possuem terras que haviam sido herdadas e posteriormente compraram outras propriedades a fim de fundi-las com as suas que representam 45%. Quanto à assistência técnica, alguns entrevistados relatam que as instituições responsáveis não estão muito presentes na comunidade. Observam-se dados alarmantes nas propriedades avaliadas já que somente 8% das propriedades possuem assistência técnica, sendo que essa assistência é proveniente da prefeitura do município.

A rotação de culturas é praticada por 100% dos agricultores. Prática que consiste na alternância ordenada de diferentes culturas em determinado espaço de tempo, ciclo, na mesma área e na mesma estação do ano. Quando questionados sobre o porquê desta prática, 72% dos produtores disseram que é para evitar doenças e pragas, 16% para a terra não ficar fraca e 12% para aproveitar o espaço.

O uso de fertilizantes orgânicos, provindos de dejetos dos animais criados na propriedade é praticado pelos entrevistados. Nos trabalhos de Paulino et al. (2014) e Scheuer et al. (2016) foram identificados 80,32% e 84,8%, respectivamente.

Tabela 4- Distribuição de uso de fertilizantes na produção

Fertilizantes	Número de agricultores	Percentual (%)
Orgânico	19	47,5
Químico	7	17,5
Não utiliza	9	22,5

Misto	5	12,5
-------	---	------

Fonte: Joseph e Rossetto (2020).

Os dados mostraram que existe uma conscientização no uso de produtos químicos, pois são prejudiciais à saúde humana. Um dado importante identificado na questão ambiental durante as entrevistas em Mimoso, algumas propriedades nesse Distrito já iniciaram com o sistema agroflorestal que contribui tanto na preservação do meio ambiente como o sistema produtivo.

Para os agricultores familiares, a alimentação saudável é o consumo de uma variedade de alimentos com manejo agroecológico na produção para o consumo da própria família. Para eles, a produção de alimentos envolve uma série de fatores como a área disponível, mão de obra suficiente, a adubação do solo e a disponibilidade de água. Os agricultores têm grande preocupação com a contaminação do meio ambiente, haja vista as práticas tanto na produção como na preservação das fontes de água e o destino dos resíduos.

Conforme Carvalho (2015), a pecuária é uma atividade econômica no Pantanal, sendo manejada conforme o regime hidrológico de cheia e seca. Em escala nacional e estadual são crescentes os estudos sobre o manejo da pecuária. Os estudos realizados por Pignatti e Castro (2010); Caovilla (2011); Alves (2015) na planície pantaneira mostram que não se pode dissociar as águas no cotidiano dos pantaneiros.

A pecuária além de ser o tipo de uso dominante, permanece ao longo do tempo sendo realizada em grandes e médias propriedades, mas também em pequenas propriedades familiares (FERREIRA, 2015). A expansão dessa atividade ocorre desde a ocupação de Mato Grosso inicialmente centralizada no extrativismo de ouro encontrado em abundância na região de Cuiabá.

Para Ferreira (2015), essa atividade desenvolve-se tanto em áreas de pastagens naturais quanto artificiais com diferentes tipologias de manejo. Por exemplo, os campos periodicamente inundados são utilizados na estação seca

como pastagens extensivas. Durante as cheias, os animais se refugiam nos pontos mais altos onde eles vão estar mais seguros, enquanto no momento seco eles concentram nos baixos espaços para se alimentar do pasto nativo.

As pastagens no Pantanal são apresentadas de duas formas, nativas e cultivadas. As nativas na maioria das áreas são de baixa produtividade e qualidade nutricional. Nesse sentido, são necessários grandes produtores para se tornar economicamente viável a atividade, alguns precisam ter duas ou mais propriedades para socorrer o gado nos dois períodos críticos do ano (SILVA; SILVA, 1995). Os que não têm possibilidade são obrigados a praticar o arrendamento para alimentar o gado no período chuvoso.

Conforme Ferreira (2015), existe uma grande diversidade de espécies forrageiras no Pantanal que constituem a principal fonte de alimentos para os grandes herbívoros silvestres e domésticos. Entretanto, há pouco conhecimento sobre o manejo dos recursos forrageiros nativos. Sobre esse assunto, existem muitas espécies forrageiras nativas de grande potencial que precisam de estudos de manejo e melhoramento.

Conforme Filho e Abreu (2002), o manejo adequado dos animais constitui-se o essencial caminho para poder obter uma melhor produtividade, isso quer dizer que todo o processo é importante desde o período de criação até o mercado, sobretudo o período do nascimento para diminuir os riscos de mortalidade. Para que os rebanhos sejam bem manejados, deveria ter alguns registros de controle a fim de anotar algumas datas como a reprodução e outras.

Para Silva e Benez (2015), o controle do manejo dos bovinos torna-se mais eficaz para todo o sistema de produção. Isso representa uma ferramenta de grande importância, sobretudo na pecuária dos bovinos de corte, pois é nesta fase que os criadores identificam os melhores animais para ser destinados à

reprodução no intuito de produzir bezerros para assegurar a fase de recriação e engorda.

Sobre o tipo de criação de animais e seu destino, observa-se que são criados Gado de corte, Gado leiteiro, Suínos, Galinhas e Apicultura (Tabela 5). Existe a comercialização de bovinos de forma direta, ou seja, para conhecidos e para o açougue. Quanto aos cavalos e bois são utilizados para o trabalho principalmente nas tarefas agrícolas e no transporte, dada a movimentação do relevo com áreas de expressiva declividade. Atualmente, esta atividade está sendo retomada através do aumento do seu potencial produtivo com a pecuária de leite que desenvolve-se paralelamente à pecuária de corte.

Tabela 5- Diversidade animal nas propriedades dos agricultores familiares do Distrito de Mimoso

Tipo de animais	Número de propriedades	Percentual
Gado de corte	16	40
Gado leiteiro	9	22,5
Suínos	9	22,5
Galinhas	5	12,5
Apicultura	1	2,5

Fonte: Joseph e Rossetto (2020).

O estado de Mato Grosso é considerado um dos principais produtores de carne bovina e leite no país (ARAUJO et al., 2016). Por ser uma alternativa viável e garantir renda aos agricultores, além de ser uma prática cultural, fica evidenciada na pesquisa que a maioria das propriedades rurais destina boa parte de sua área à criação de gado.

A pecuária de corte é extensiva, os proprietários que aderiram a esse tipo de pecuária veem vantagem em relação à pecuária leiteira, principalmente no menor trabalho para cuidar do gado. Às vezes, realizam negócios de oportunidade, compram animais bons por baixo preço devido à necessidade do vendedor.

De acordo com o relato dos agricultores familiares que praticam a pecuária, alguns trabalham com a venda dos bezerros nascidos na propriedade. Nessa atividade, o criador necessita de outra fonte de renda para manter a sua família no decorrer do ano, às vezes, a venda de animais ocorre apenas anualmente. Aqueles que comercializam bezerros ou engordam os animais para a venda, geralmente, conseguem realizar mais vendas no decorrer do ano, tornando mais fácil a sobrevivência da família.

Quanto ao potencial cultural e turístico, a comunidade de Mimoso possui beleza cênica que pode ser representada como uma nova fonte de renda para a população, sobretudo com a Sala de Memória localizada na comunidade. Apesar da importância dessa sala em termos de proteção e conservação do patrimônio histórico-cultural de Mimoso, tal instituição possui muitas dificuldades financeiras.

Os objetos foram doados pelos amigos e familiares de Rondon, e também recebeu apoio da Universidade Federal de Mato Grosso através de um projeto denominado *Educação Socioambiental, Patrimonial e Turística em Comunidades Tradicionais do Pantanal Mato-grossense: Mimoso (Santo Antônio de Leverger) e Capão Verde (Poconé) desenvolvido por dois grupos de Pesquisas: INTERFACES: História, Museologia e Ciências Afins HIS/ICHS/CUR e GECA - Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade-GECA/GEO/IGHD*. Contou também com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo/UFMT e do Programa de Educação Tutorial - PET /Geografia. A gestão financeira foi realizada pela Fundação Uniselva - UFMT e os aportes financeiros originaram-se da Embaixada da Nova Zelândia no Brasil via *Head Of Mission Fund* - 2015.

O referido projeto colaborou com a organização e formalização jurídica da Associação e da Sala de Memória, doou equipamentos como telão, projetor de imagens, computador, impressora entre outros, além de capacitar a comunidade em educação ambiental, patrimonial e turística. Ademais, os resultados das

pesquisas históricas, patrimoniais e geográficas estão apresentados na Sala de Memória através de uma coleção de banners. Atualmente, é complicado sustentar a Sala de Memória porque segundo o entrevistado, a Associação não recebe nenhum apoio que seja da Secretaria de Turismo e Cultura do estado de Mato Grosso ou da prefeitura de Santo Antônio de Leverger.

A Sala de Memória desempenha uma importância nos aspectos históricos não somente para o lugar onde está localizada, pois Marechal Rondon foi um líder nacionalmente reconhecido pela proteção das fronteiras brasileiras e a construção das linhas telegráficas do estado de Mato Grosso.

Pode-se concluir que os agricultores do Distrito de Mimoso praticam uma agricultura tradicional com as diversificações no cultivo, essa diversificação contribui no aumento da alimentação das famílias. Os agricultores pesquisados demonstraram ter elevada consciência ambiental, pois dependendo das condições da natureza, todos procuram de alguma forma adotar medidas para preservação do meio ambiente, destacando-se o cuidado especial de recursos hídricos e também da biodiversidade local.

100

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar se mostra cada vez mais importante para a garantia da segurança e soberania alimentar. Esse tipo de agricultura se constitui em uma forma apropriada de manter um grande número de pessoas no campo e uma importante fonte geradora de renda, empregos e produzindo a maioria dos alimentos internos.

Durante a vivência no campo, foi observado que a atividade agrícola exerce múltiplas funções, podendo ser categorizadas em quatro funções principais atreladas aos seus modos de vida: função de manutenção do tecido cultural local; função ambiental de conservação da agrobiodiversidade; função de promover a segurança alimentar e nutricional das famílias e função

socioeconômica. Tais agricultores conservam as tradições e os costumes, ou seja, os patrimônios socioculturais para reproduzirem e continuarem em suas propriedades.

Esta pesquisa foi importante para estabelecer um perfil inicial desses agricultores familiares, mas cada aspecto pesquisado pode ser aprofundado em futuras pesquisas, focando na comercialização, nas dificuldades dos produtores, possibilitando a elaboração de ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar desse Distrito. Em um contexto de desenvolvimento sustentável, é importante dar mais atenção à agricultura familiar, deixar de vê-la como agricultura de subsistência. Trata-se de um segmento muito importante para o abastecimento, a produção e a distribuição de alimentos e, deve ser tratado tanto pelo setor público como privado para trazer uma melhor qualidade de vida para todos.

AGRADECIMENTOS

101

Agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Grupo Coimbra) pela concessão de bolsa de mestrado, aos produtores rurais da comunidade de Mimoso que participaram nas entrevistas. A todos os professores do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. B. M. **Efeitos da inundação sobre o manejo da pecuária no pantanal norte com emprego de imagens orbitais**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2015.

ARAÚJO, A. G. de J.; SILVA, L. T. da; SILVA, D. G.; NOAVES, R. A. J.; SILVA, R. G. N. da; PRADO, L. M. do; LEMES, M. da C. R.; NASCIMENTO, L. N.; MASUDA, N. F. dos S.; MONTEIRO, A. M. V.; ROGRIGUES, D. A.; OLIVEIRA G. S. de. O espaço da pecuária

bovina de corte no Pantanal de Mato Grosso do Sul: redes, territórios e territorialidades. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 6., 2016, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá, 2016, p. 947–956.

AUGUSTO, C. A.; SACHUK, M. L. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. **Caderno de Administração**, Paraná, v. 15, n. 2, p. 9-18, 2008.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 3–15, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2020.

CAOVILLA, F. C. **Comportamento da umidade do solo em floresta de cambará e pastagem no Pantanal Mato-grossense**. 2011. 56 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos) – Programa de Pós-graduação em Recursos Hídricos, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

CARVALHO, K. C. Cadeias produtivas da pecuária bovina no Pantanal Norte Mato-grossense: o caso do município de Cáceres – MT, Brasil. In: ROSSETTO, Onélia Carmem; TOCANTINS, Nely. **Ambiente agrário do Pantanal brasileiro: socioeconômica e conservação da biodiversidade**. Porto Alegre: Ed. Karla Viviane, 2015, 7, p. 115–140.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, A. S. **Agricultura familiar e suas estratégias de resistências na campanha Gaúcha: o caso do rincão das Saldanhas do cerro da Jaguatirica**. 2013.133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Santa Maria, Santa Maria, 2013.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 5 ed. São Paulo: Futura, 2008.

ECHEVERRIA, I.; TOCANTINS, A. **Cartas do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon**. Mato Grosso, Cuiabá: Ed. KCM, 2013, p. 115–117.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Mandioca: uma guia para a intensificação da produção**. p. 24, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i2929o.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

_____. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Principais fluxos migratórios da América Latina**. 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1175230/>. Acesso em: 15 de maio 2021.

FERREIRA, W. N. Análise econômica da pecuária bovina no Pantanal Norte Mato-grossense entre 2000-2010. In: ROSSETTO, Onélia Carmem; TOCANTINS, Nely. **Ambiente agrário do Pantanal brasileiro: socioeconômica e conservação da biodiversidade**. Porto Alegre: Ed. Karla Viviane, 2015, 5, p. 141–159.

FILHO, J. A. C.; ABREU, U. G. P. A reprodução do gado. In: SANTOS, Sandra Aparecida; PELLEGRIN, A. O.; MORAES, A. S.; DE BARROS, A. T. M.; FILHO, J. A. C.; SERRENO, J. R. B.; SANTOS, R. A. M.; ABREU, S. U. G. P. **Sistema de produção de gado de corte do Pantanal**. Brasil, Corumbá, p. 15–23, 2002.

GOMES, J. B. P.; BEZERRA, G. J.; NASCIMENTO, J. S.; SCHLINDWEIN, M. M.; PADOVAN, M. P. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, Dourado, v. 9, n. 4, p. 21- 38, 2014.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Revista Agroalimentar**, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65–79, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2019**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/santo-antonio-do-leverger/panorama> Acesso em: 23 nov. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23 nov. 2020.

KONZGEN, R. Q.; SALAMONI, G. A. multifuncionalidade da agricultura familiar: um estudo na localidade da Glória – Canguçu/RS. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 12, n. 28, p. 46–74, 2017.

MELO, R. N. **Turismo de base comunitária: Uma proposta para a comunidade pantaneira de Mimoso.** 2017. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

PAULA, Márcia Maria; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luis Gomes. Mercas institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Taubaté, v. 5, n. 1, p. 33-43, 2014.

PAULINO, É. J.; DIAS, J. V. L.; MURTA, N. M. G.; MORAIS, H. A.; PIRES, H. H. R. A agricultura familiar em um município do alto Jequitinhonha. **Revista Desenvolvimento Social**, Monte claro, v. 2, n.13, p. 76-90, 2014.

PIGNATTI, M. G.; CASTRO, S. P. A fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-grossense. **Revista ciências da saúde coletiva**, Cuiabá, v.15, n. 2, p. 321–332, 2010.

ROSSETTO, O. C. Faces da agricultura familiar camponesa nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra - Mato Grosso – Brasil. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; SILVA, Tânia Paula da. **Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso.** Campo Grande: Ed. da UFMS, p. 41–62, 2015.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A.; MOURA, A. P.; NEVES, R. J. Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant’ana, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 85-106, 2016.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SILVA, A. R. da; BENEZ, F. M. Manejo básico de bovinos de corte na fase de cria - aspectos relevantes. In: BERNARDES, José João. **Produção e manejo de bovino de corte.** Cuiabá: KCM, p. 73–83, 2015.

SILVA, C. J. da; SILVA, J. A. F. **No ritmo das águas do Pantanal.** São Paulo: Editorial do NUPAUB, 1995, p. 124.

SILVA, R. A. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado do Mato Grosso – Brasil.** 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

VILA DA SILVA, J. S.; ABDON, M. M. Delimitação do pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira**. Brasília, v. 33, n. especial, p.1703-1711, out. 1998.

Submetido em: 22 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 14 de maio de 2021.

Publicado em: 29 de junho de 2021.